



# Executivo retira projetos sobre abono e alíquotas

A Assembléia Legislativa recebeu na terça-feira (18) as mensagens de n.º 415 e 416, de origem governamental, retirando os projetos de Lei nº 157/04 e 10/04, que, respectivamente, tratam do pagamento de abono compensatório para os servidores públicos de menor remuneração e alteração dos dispositivos da Lei Complementar nº 266, de 4 de fevereiro deste ano, tendo como objeto a instituição das alíquotas previdenciárias progressivas aos servidores públicos estaduais. O governo afirma não haver disponibilidade financeira dos cofres públicos para arcar com essas despesas.

Página 7

## Orçamento Regionalizado

Em reunião de líderes das bancadas, presidências da Casa e da Comissão de Finanças, foi modificado o horário para a realização das audiências do Orçamento Regionalizado. Marcadas, anteriormente, para iniciar às 9 horas, as 10 audiências iniciarão às 13 horas. O presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), aproveitou a oportunidade para dizer que no final desta semana passarão a ser veiculadas propagandas na TV, rádio e jornais estaduais e locais, informando e convidando a população a participar das reuniões do Orçamento Regionalizado. (DAB)

## Cronograma

31/05	Maravilha e Joinville
01/06	Xanxerê e Itajaí
02/06	Joaçaba e Rio do Sul
03/06	Caçador e Criciúma
04/06	Lages e São José

Página 6

## CPI da Casan

# Apurado pagamento exorbitante de horas extras

(foto Solon Soares)



Deputados ouvem Joãnildo Cardoso (D), que reclama R\$ 209 mil em horas extras

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Casan, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) e relatada pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), apurou nos depoimentos colhidos na tarde de segunda-feira (17) que muitos servidores reclamam judicialmente, em alguns casos mais de uma vez, na Justiça do Trabalho, o pagamento de quantias vultuosas referente a horas extras.

Os fatos foram confirmados com o depoimento dos operadores da ETA (Estação de Tratamento de Água) do município de Sombrio e que possuem ações contra a Casan, Joãnildo Pacheco Cardoso e Alfredo Luiz Teixeira, com valores que atingem R\$ 209 mil e R\$ 184 mil, respectivamente. Além deles, foram ouvidos ainda o agente administrativo operacional de Papanduva, Mário Gós, João Nunes, que chefiou a filial de Sombrio, José Carlos Pacheco, de Imbituba - que chegou a receber mais de R\$ 9 mil em horas extras somente no mês de fevereiro-, Lederson José Albino, também de Imbituba, e Nei Dionísio Locatelli, de Itajaí.

Página 4

## Lançamento de embarcação em Itajaí



O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), lideranças políticas e empresariais e o presidente do Grupo Metalnave, Frank Wlasak, participaram na quinta-feira (20) do lançamento de embarcação de grande porte para o manuseio de âncoras, encomendada ao Estaleiro Itajaí pela Bos Navegação, em parceria com empresários noruegueses.

## Aprovado relatório preliminar da LDO

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), aprovou na manhã do dia 19, quarta-feira, o relatório preliminar da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o exercício financeiro de 2005. Os percentuais de repasse mensal aos Poderes Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público Estadual ainda estão sob estudo de comissão mista de técnicos, que deve apresentar uma proposta até o dia 1º de junho.

Página 6

## Portos prestes a entrar em colapso

O sistema portuário de Santa Catarina está em vias de entrar em colapso pondo em risco as exportações, fontes de reserva primordial do Estado. A origem do problema está no descompasso entre o rápido crescimento das atividades logísticas e a falta de planejamento para expansão da infra-estrutura. Pode-se constatar que, via de regra, os problemas comuns dos portos são: o acesso restrito; a falta de infra-estrutura adequada para os navios atracarem; contêineres insuficientes e terminais de armazenamento sem capacidade para atender a demanda. Os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba operam no limite, mas estão defasados em equipamentos e logística, aguardando projetos de melhoria há anos. Destarte se fazem necessários investimentos nos portos para que se possa acompanhar o crescimento do setor produtivo do Estado. A economia de Santa Catarina está sofrendo sérios prejuízos em razão dos freqüentes line up (atraso na atracação devido ao excesso de navios nos portos). A Embraco, fabricante mundial de compressores para refrigeração, sofreu com esse problema no porto de São Francisco do Sul. Por não haver espaço para atracar, o navio que levaria 10

mil compressores da empresa para os Estados Unidos não parou. A Embraco foi obrigada a fretar aviões para cumprir o contrato e teve um gasto de R\$ 900 mil. As exportações catarinenses registraram aumento de 22,12% de fevereiro para março, atingindo cerca de US\$ 394 milhões. O resultado corresponde a 4,96% do montante vendido pelo Brasil ao exterior no mesmo período. Este desempenho garante a Santa Catarina a sexta posição no ranking nacional. No primeiro trimestre do ano, as exportações do Estado alcançaram cerca de US\$ 990 milhões - 5,08% do total nacional. Esse montante confere à balança comercial catarinense um superávit de US\$ 690 milhões de janeiro a março de 2004. Ainda, enquanto há crescimento considerável na exportação catarinense, o sistema portuário continua estagnado, o risco de apagão logístico existe e preocupa as autoridades e empresários. Tendo em vista que a crise portuária catarinense é de notório interesse do povo, e, por sua natureza e complexidade, fui autora da proposição solicitando a instalação do Fórum Permanente para discussão na Assembleia Legislativa. Com muito trabalho, vamos tentar minimizar o problema.

*Deputada Simone Schramm (PMDB)*

## 500 dias sem ação

Já se passaram mais de 500 dias e pouco ou nada estamos vendo de concreto nas ações do governo do Estado de Santa Catarina. "Tudo está no Plano 15", e lá continua. O que vemos noticiado na imprensa é o aumento da desgraça. Santa Catarina, um estado pacífico, vê aumentar a violência contra as pessoas e contra o patrimônio. A segurança pública é um problema mal resolvido, como tantos outros. Faltam profissionais, faltam equipamentos e melhores salários.

Estamos ansiosos, na expectativa de uma ação efetiva, com soluções para promessas e anúncios que teimam em não sair do papel, exceto em discursos inflamados. Ações que a comunidade oestina cobra diariamente, a exemplo do Hospital Regional do Oeste, do famigerado Contorno Viário Leste, em Chapecó, e das obras de acesso aos municípios. Somos cidadãos que temos por dever combater a desigualdade, a tirania, a violência, a discriminação. Na condição de deputado, além disso, temos o dever de pautar o Poder Executivo com ações que resultem em qualidade de vida aos catarinenses. É isso que estamos fazendo. Infelizmente, o próprio Executivo é alheio e faz vistas grossas às mazelas daqueles que lhe outorgaram tal poder, que graças ao regime democrático, é temporário.

A publicidade, assim como o Plano 15, não passa de alternativa para tentar incutir nos cidadãos que Santa Catarina estaria cheia de obras. Papel publicitário esse que vem sendo bem executado.

São 500 dias de estagnação, a tal ponto de causar repulsa e vergonha para inúmeros catarinenses. Vergonha de um governo que só levou a Udesc até o Oeste depois que uma lei obrigou o chefe do Poder Executivo a cumprir o orçamento. Onde estão as ações tão propaladas? Além do "cabide de empregos" gerado pelas regionais, onde mais está sendo gasto o dinheiro público? Os servidores, aqueles que sempre carregaram e carregam o piano, continuam sendo os últimos e ainda assim só com migalhas.

Nós permanecemos firmes no propósito de levar adiante o projeto ao qual fomos eleitos. Fazer justiça através do cargo que nos foi investido é dever em favor da honra dos catarinenses, de modo particular dos oestinos, os quais nos delegaram ser a "Voz do Oeste na Assembleia". Isso é o que estamos fazendo. Já diz um provérbio: "Palavras comovem, exemplos arrastam". Por isso, senhor governador, ainda estamos à espera de ações com resolutividade, pois o povo catarinense merece respeito.

*Deputado João Rodrigues (PFL)*

## Jovens discutem políticas públicas

Coordenado pelos jovens estagiários do PAB (Programa Antonieta de Barros), foi realizado durante dois dias (12 e 13), o Seminário de Políticas Públicas e Cidadania para Jovens da Periferia. Na abertura, estavam presentes Derci Pasqualotto, representando o deputado Volnei Morastoni (PT), idealizador do programa; Claudinei do Nascimento, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), presidente da Escola do Legislativo; Jeruse Romão, coordenadora do PAB; Carla E. Vieira Pedroso, diretora da Escola do Legislativo, Eduardo Gomes, representante dos estagiários do PAB, e o vereador da capital Márcio de Souza (PT).

O seminário começou com uma homenagem que parabenizou a organização do programa e enalteceu os esforços de cada estagiário. O representante dos estagiários, Eduardo, fez a abertura mencionando todo seu nervosismo e mostrando sua felicidade. "Os jovens de periferia devem, sim, entrar em movimentos sociais. É com os movimentos de periferia que vamos chegar lá. Estamos aqui representando uma massa de bolsistas. Devemos lutar pelos direitos dos jovens", disse. Foram debatidos temas como o conceito de políticas públicas, o que é cidadania, afetividade, sexualidade e mercado de trabalho, educação, cultura, esporte e lazer para a juventude de periferia e vida sem drogas. (GMP)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Jocelina Ortil Garcia

## Errata

Na última edição do AL Notícias, no espaço "Comunidade", a matéria sobre o trabalho da Adevisp (Associação de Deficientes Visuais do Planalto Serrano), com sede em Lages, saiu sem a foto da presidente e fundadora da instituição, Jocelina Ortil Garcia. Celina, como é conhecida, tem 36 anos e ficou cega aos 25 anos em consequência de uma doença denominada síndrome de Marfan.

## O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

## Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**4º Secretário:** Genésio Goulart (PMDB)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751  
Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Edição:** Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenador:** Celso A. S. da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

**Estagiária:** Elisa Alba da Silva

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Estagiários Proj. Antonieta de Barros:** Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Daniel Ramos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

# Ajustes na Constituição Estadual

(foto Jonas Lemos Campos)

Convocados pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), líderes de bancadas e membros da Mesa assinaram na quarta-feira (19), no gabinete da Presidência, a Proposta de Emenda Constitucional que visa à adequação da Constituição Estadual às emendas alteradoras da Constituição Federal, promulgada em 1988. Ajusta ainda às decisões de mérito do STF (Supremo Tribunal Federal), em face das ADINs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade), transitadas em julgado até abril deste ano. As alterações foram feitas por um grupo de trabalho que tem a participação da Procuradoria Jurídica e Assessoria e Consultoria Parlamentar, formado em setembro de 2003. Por determinação de Morastoni, as alterações foram eminentemente técnicas, sem entrar em discussão de mérito.

A metodologia adotada foi a abordagem cronológica a partir das Emendas Constitucionais Federais de nº 1 a 40 e das Emendas Revisionais de nº 1 a 6. As Emendas nº

20 e 41 deixaram de ser analisadas em razão da tramitação na Câmara dos Deputados da Emenda "Paralela", que trata de matéria previdenciária. A Emenda nº 42, que trata do sistema tributário nacional, igualmente ficou para estudo posterior. As alterações propostas abrangem o texto constitucional em sua generalidade, seja modificando a redação, acrescentando ou revogando dispositivos da Constituição Estadual.

Destacam-se as adaptações à Emenda Constitucional Federal nº 19/98, que trata da reforma administrativa, cuja incidência maior deu-se sobre os artigos 18, 21, 23, 25, 26, 29, 78, 80, 83, 103, 118, entre outros, à Emenda Constitucional Federal nº 25/00, que trata dos limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, repercutindo sobre o Artigo 111, e à Emenda Constitucional Federal nº 32/01, que trata das atribuições do chefe do Poder Executivo, modificadora do Artigo 71, do texto estadual.

A proposta apresentada,

eminente técnica, visa a guardar simetria constitucional com o texto federal, em atenção ao princípio federativo. Ao mesmo tempo, possui um efeito pedagógico na medida em que retrata as normas vigentes, e político, pois esta atualização valoriza o poder constituinte derivado do Estado-membro. Morastoni (PT) elogiou o trabalho realizado pela equipe da Procuradoria Jurídica e da Assessoria e Consultoria Parlamentar. Estiveram envolvidos no estudo das alterações a OAB-SC (Ordem dos Advogados do Brasil), a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral de Justiça, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) e o TJ (Tribunal de Justiça). (SD)



Líderes, membros da Mesa e assessores em reunião no gabinete da Presidência

## O Contestado em quadrinhos



O primeiro volume da obra A Saga do Contestado, de Eleutério Nicolau da Conceição, foi lançado no dia 19, na Galeria de Arte Meyer Filho. O livro narra os eventos ocorridos no Meio-Oeste catarinense, entre os anos de 1912 e 1916, utilizando a técnica da arte seqüencial, a história em quadrinhos. A capa e quatro páginas internas são em cores, sendo que o conteúdo principal foi feito em pena e pincel, em nanquim preto e tons de cinza.

São abordadas nessa obra as causas do conflito, relacionadas com a construção de uma estrada de ferro ligando União da Vitória, na fronteira com o

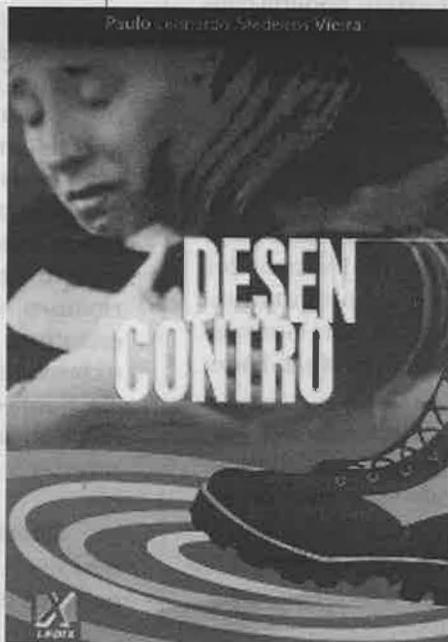
Paraná, com Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e a expulsão dos caboclos que viviam nas terras cruzadas pela ferrovia, além da influência dos monges João Maria e José Maria no imaginário religioso do povo simples da região. Mostra ainda o reflexo da organização na longa controvérsia pelo estabelecimento de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O ponto central deste primeiro livro é o combate ocorrido em Irani, em 22 de outubro de 1912, no qual pereceram seis caboclos, o monge José Maria, 20 soldados da Força Pública paranaense e seu comandante, coronel João Gualberto Gomes de Sá. (TK)

## Desencontro

O advogado e escritor Paulo Leonardo Medeiros Vieira lançou na terça-feira (18), na Galeria de Arte Meyer Filho, o seu segundo romance, chamado "Desencontro". O livro, que está sendo publicado pela editora Ledix, conta a história de quatro jovens e suas aventuras na busca por uma herança e pelo passado de seus avós.

Medeiros é integrante da Academia Catarinense de Filosofia e professor da UFSC, onde lecionou no final dos anos 80 e foi homenageado com o prêmio José Boiteux. Já escreveu artigos e

ensaios para revistas e jornais nacionais e do exterior. Sua primeira obra foi "A Lenda do Santinho". Neste novo livro, na busca por uma boa história, o autor não se deu por satisfeito com as informações levantadas por seus colaboradores e fez questão de visitar as geleiras e os desertos da Patagônia e da Terra do Fogo, lugares onde se ambienta o romance. Com uma linguagem leve, o autor conta uma história recheada de mistérios, com cenários e descrições detalhados. (EAS)



## Amigos da criança



Morastoni recebe troféu

Com o objetivo de propor, cobrar e apresentar a garantia dos direitos infanto-juvenis nos municípios catarinenses, foi realizada na quinta-feira (13), audiência pública para discutir o assunto e compartilhar estratégias e ações eleitas nos seminários regionais de formação que mobilizaram 5 mil catarinenses. Além das discussões, também foi entregue o Troféu Amigo da Criança Catarinense para vários homenageados, entre eles o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Participaram do encontro o presidente da ACCT (Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares), Paulo Vendelino Kons, o procurador-geral de Justiça do Estado, Pedro Sérgio Steil, o presidente do Instituto Geração Criança, Roberto Diniz Saut, e outras autoridades. O evento foi promovido pela ACCT e Instituto Geração Criança, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude da Procuradoria Geral de Justiça, Assembléia Legislativa, Prefeitura Municipal de São José, juntamente com outros parceiros e apoiadores. (GMP)

# Horas extras afundam estatal de água e saneamento

Carlos Agne

A primeira testemunha a ser inquirida na última reunião da CPI da Casan, pelo relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), foi o agente administrativo operacional de Papanduva, Mário Gós. Ele confirmou que trabalha em torno de 120 horas extras mensais e justificou que atua no escritório, porém, muitas vezes é convocado para trabalhar na ETA. "Pelo que vimos, tanto na parte técnica como na operacional, não há a necessidade de horas extras" observou Mariani.

Os depoimentos de Joanildo Cardoso e Alfredo Luiz Teixeira, o primeiro atuando na ETA de Balneário Gaivotas e o segundo em Sombrio, foram os que mais chamaram a atenção. Os dois reclamaram o pagamento de horas extras e o processo já está em fase de execução, em ações que ultrapassam R\$ 540 mil, defendidas pelo mesmo advogado de Criciúma, Evandro Lago.

**Negligência** - "Os dois foram condenados por litigância de má fé, pois num espaço de um ano entraram com outra ação, mas com as mesmas reclamações e valores da anterior", revelou Mariani. O parecer da juíza Angela Maria Lavorato Pereira constatou a existência da litispendência e, além disso, a negligência da empresa na defesa de seus direitos. Em seu parecer, a juíza afirma que "de forma suspeita, lamentável e imperdoável, exsurge dos autos a negligência da demandada que deixou de arguir na contestação, atinente aos pleitos dos autores, de incomensurável importância para defesa, não havendo a atenção dispensada pelos órgãos públicos no sentido de evitar eventuais condenações judiciais, desrespeitando assim o cidadão contribuinte e o erário".

Logo após estes dois depoimentos, a CPI ouviu João Nunes, que chefiou a filial de Sombrio e reconheceu a atuação dos dois servidores nas horas extras, testemunhando em favor de Joanildo, de Alfredo e de Jeferson Espíndola de Oliveira.



Pacheco recebeu mais de R\$ 9 mil em horas extras em fevereiro

## TJ derruba mandado

O Tribunal de Justiça, por unanimidade, na quarta-feira (19), indeferiu mandado de segurança de autoria do advogado Rubens João Machado. Ele pretendia a suspensão da CPI da Casan, que investiga a origem do passivo trabalhista da empresa. Em outro mandado contra a Comissão Parlamentar de Inquérito, Machado quer impedir a divulgação do seu nome em matérias jornalísticas relativas à CPI. Seu julgamento foi transferido para o dia 2 de junho. A CPI comprovou que Machado se apropriou indevidamente de mais de R\$ 1,3 milhão da empresa.

## Média ultrapassa o absurdo

Já no começo da noite, os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito surpreenderam-se com o que ouviram do instalador hidráulico sanitário da filial de Imbituba, José Carlos Pacheco. O motivo foi a confirmação dos elevados valores recebidos a título de horas extras, considerados abusivos. Além disso, após ouvir o chefe de Pacheco, Lederson José Albino, avaliaram que uma mudança neste quadro só será possível com a contratação de mais dois servidores para as atividades na Estação de Tratamento de Água ou com a construção de um grande reservatório no local.

José Carlos Pacheco é servidor da filial da Casan, em Imbituba, há cerca de 27 anos e, mesmo transplantado de um rim, chega a trabalhar em torno de 19 horas diárias. "Em janeiro deste ano ele fez 111 horas extras, recebendo R\$ 3.959,45. Em fevereiro, foram 276 horas extras e teve direito a R\$ 9.838,21 além dos recebimentos normais. E, em março, diz que cumpriu 199 horas extras percebendo, só nesta rubrica, R\$ 7.248,42. Para quem ganha salário base de R\$ 2.345,22, no mês de fevereiro ele recebeu um total de R\$ 15.766,92. Um absurdo", afirmou Mariani.

**Advogado** - Pacheco alegou que as horas extras que faz são necessárias, até porque o trabalho de manobras para garantir o abastecimento de Garopaba e Praia do Rosa, especialmente na temporada de veraneio, exige que passe o maior tempo do dia e da noite trabalhan-

do, o que foi ratificado pelo seu superior, Lederson Albino. O instalador disse também que é pai de 10 filhos e que ainda paga duas pensões alimentícias, justificando a sua dedicação à atividade. Autor de ação trabalhista contra a empresa, motivada pela contratação de terceirização nos fins de semana, pela Casan, ele ainda denunciou na CPI que o advogado Evandro Lago, de Criciúma, seguidamente ia até o almoxarifado para incentivar os servidores a requererem via judicial direitos sobre horas extras, pois era praticamente garantido o recebimento de altos valores, cobrando 15%.

O deputado Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP), engrossando o coro dos perplexos, sugeriu que, ao invés de a empresa pagar horas extras, poderia contratar, no mínimo, dois servidores para executar os trabalhos. "Dessa forma, a Casan só tem um destino: fechar as portas", ironizou. Lederson Albino, ao ser inquirido pelos deputados, afirmou que não há como evitar as horas extras, confirmando que, além de Pacheco, outros servidores, a exemplo de Hermes dos Santos, Aladir Ferreira, Antônio Monteiro, João Bento Martins, Luiz Gonzaga Pires e Luiz Pacheco também são beneficiados com horas extras.

O último depoimento da 27ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito foi do engenheiro civil da Casan, Nei Dionísio Locatelli, lotado em Itajaí, que em dezembro, janeiro e fevereiro fez uma média de 70 horas extras por mês.

## Criado Fórum para discutir crise portuária

Um Fórum Parlamentar Permanente para discutir a crise portuária foi instalado na segunda-feira (17), às 10 horas no plenarinho, por proposição da deputada Simone Schramm (PMDB). Estavam presentes os deputados Reno Caramori (PP) e Julio Garcia (PFL), o presidente da ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários), Wilson Manteli, o diretor de operações da HSAD - Grupo Hamburg Süd, Michael da Silva, o secretário estadual da Infra-estrutura, Edson Bez de Oliveira, e representantes das administrações dos portos catarinenses e de empresários.

De acordo com a deputada Simone, o sistema portuário está passando por uma grande crise. Faltam planejamento, contêineres e terminais de armazenamento. Há sérios problemas de infra-estrutura, além do péssimo estado das rodovias. Foram solicitados durante o Fórum mais investimentos nos portos catarinenses, visando ao aumento das estruturas físicas para acompanhar o crescimento econômico. Segundo ela, Santa Catarina é o sexto exportador no país e por isso é necessário reverter o atual quadro de estagnação.

**Internacional** - Um dos problemas discutidos foi o Código Internacional de Segurança para Portos e

Embarcações, fruto de acordo multilateral entre 161 países membros da IMO (Organização Marítima Internacional). O código, que surgiu após o atentado ocorrido nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, começa a vigorar em todo o mundo no dia 1º de julho e determina a avaliação dos procedimentos de segurança nos terminais portuários. Depois dessa data, os portos que não se adequarem ao código não poderão receber nenhum navio para embarque e desembarque de mercadorias.

O deputado Julio Garcia alertou para a possibilidade de agravamento da crise e paralisação de muitos portos com o código. "É uma decisão internacional e muito complicada. Esse é um assunto para ser resolvido pela diplomacia brasileira, que acredito deve pedir uma prorrogação dos prazos", salientou.

Santa Catarina exporta 90% da sua produção por via marítima, mas os portos de São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Laguna passam por problemas sérios de infra-estrutura e equipamentos e precisam de mais investimentos por parte do governo federal.

A próxima atividade do Fórum é fazer visitas aos portos catarinenses e levantar problemas e reivindicações. As visitas serão agendadas para o início de junho. (GMP)

# Estatuto do Idoso

(foto Carlos Kilian)

Por solicitação do deputado Dionei Walter da Silva (PT), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), esteve na sexta-feira (14) em Jaraguá do Sul, onde realizou audiência pública para discutir a aplicação do Estatuto do Idoso. O encontro aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário. Além dos dois parlamentares, participaram o vice-prefeito da cidade, Moacir Bertoldi, a coordenadora do Centro de Convivência da Terceira Idade, Natália Petri, a presidente do Conselho Municipal do Idoso, Maria Tereza Amorim, e o prefeito do município de São João do Itaperiú, Alzerino Bernardes.

“O Estatuto do Idoso é um documento que não pode ficar apenas no papel e por isso a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais vai realizar várias audiências públicas pelo Estado, para difundi-lo”, afirmou a deputada Odete. Com as manifestações da população nas audiências, frisou o deputado Dionei, o Legislativo catarinense pode elaborar leis complementares e atuar mais efetivamente como fiscalizador do Executivo no cum-

primento da legislação.

Bertoldi disse que a prefeitura de Jaraguá do Sul investe no apoio aos idosos por acreditar que este contingente tem muito o que oferecer com sua experiência de vida. “Vocês cursaram a maior e melhor faculdade do planeta, que é a vida, e hoje são os nossos maiores professores”, disse.

**Referência** - Jaraguá do Sul é referência nacional quando o assunto é idoso. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação tem vários programas implantados com a finalidade de melhorar a qualidade de vida desse contingente. O Centro de Convivência da Terceira Idade, o Programa Conviver e o Programa de Atendimento Domiciliar e Asilar ao Idoso foram explicados minuciosamente pela coordenadora do Centro de Convivência da Terceira Idade, Natália Petri. “A prefeitura destina cerca de R\$ 300 mil por ano para que a Secretaria de Desenvolvimento Social possa trabalhar em prol dos idosos. Nossos programas se destinam a oferecer qualidade de vida, através de ações como aulas de culinária, bailes da terceira idade e até atendimento domiciliar no caso dos idosos impossibilitados de se locomover”, explicou.



Dionei e Odete (ao centro) comandaram a audiência em Jaraguá do Sul

A audiência foi finalizada com a participação de idosos, que fizeram várias indagações, dirimindo dúvidas a respeito do Estatuto, cujos principais tópicos foram lidos pela presidente do Conselho Municipal do Idoso, Maria Tereza Amorim. “Só através dos debates é que vamos avançar

no que diz respeito aos direitos dos idosos, no nosso município e em todo o País”, argumentou.

Odete de Jesus finalizou o debate oferecendo o telefone da Comissão para aqueles que desejarem fazer denúncias e reclamar seus direitos. (TK)

## Aquisição de sistema pode gerar CPI

(foto Jonas Lemos Campos)

A aquisição pelo governo estadual de um sistema informatizado para a área de recursos humanos, através de uma empresa privada, pode gerar a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), segundo afirmou o vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Celestino Secco (PP).

A afirmação foi feita depois que a Comissão ouviu, em audiência pública realizada na manhã de terça-feira (18), o secretário estadual da Administração, Marcos Vieira. “Houve denúncias gravíssimas e temos de analisá-las. Vou examiná-las e, encontrando irregularidades com fatos determinantes, vamos sugerir a CPI e, com isso, a sustação do processo licitatório”, adiantou o parlamentar, proponente da audiência pública.

Marcos Vieira apresentou o diagnóstico do novo SIRH (Sistema Informatizado de Recursos Humanos) que, segundo ele, ampliará e completará algumas das rotinas existentes no atual sistema, além de novas funcionalidades não existentes. “O governo do Estado vai adquirir o novo sistema, que será mantido e gerenciado pelo Ciasc (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina)”, explicou. O presidente do SindPD (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina), Alessandro Lima Gelbcke, garante que os gastos são desnecessários, já que o Ciasc estaria ca-



Servidores do Ciasc lotam galerias e dizem que sistema pode ser desenvolvido pelo Centro

pacitado a executar os serviços. “O próprio sistema integrado, que ainda está em fase de licitação e que custará aos cofres públicos em torno de R\$ 10 milhões, poderia ser desenvolvido pelo Ciasc. Bastaria apenas modernizar o parque tecnológico da empresa”, salienta.

**Denúncias** - Entre as denúncias apresentadas pelo sindicato está a contratação da empresa MG Assessoria Hospitalar e Informática, por R\$ 2,7 milhões, para elaborar um sistema de administração destinado a atender nove hospitais públicos. “Um pacote idên-

tico foi desenvolvido pelo Ciasc no ano passado para o Hospital Infantil Joana de Gusmão. E essa implantação do sistema nas unidades do Estado custaria em torno de R\$ 250 mil. É uma denúncia grave e vamos analisar com atenção. Algumas das perguntas que fizemos ao secretário não foram devidamente respondidas”, enfatizou Secco. Participaram da audiência os deputados Antônio Ceron (PFL), Francisco Küster (PSDB), Paulo Eccel (PT), Genésio Goulart (PMDB), Afrânio Boppré (PT), João Henrique Blasi (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB) e Joares Ponticelli (PP). (CA)

## Legislação Participativa aprova regulamento

Os parlamentares que compõem a CLP (Comissão de Legislação Participativa), presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), aprovaram na última semana o regulamento interno da Comissão, estabelecendo normas para recebimento e tramitação de sugestões legislativas. A regulamentação aprovada será divulgada em cartilha explicativa, dirigida a todas as entidades do Estado.

A prioridade da Comissão, neste momento, de acordo com Dionei, é realizar uma ampla campanha de divulgação para que a comunidade saiba que ela existe e que está aberta a projetos da sociedade civil organizada. A cartilha vai orientar as entidades sobre as sugestões que podem ser apresentadas, para onde devem ser enviadas e que documentos devem conter. Dois projetos de autoria de entidades catarinenses já foram recebidos. Anteriormente, projetos de origem popular precisavam ser encaminhados por um deputado ou via abaixo-assinado, correspondente a 1% dos eleitores do Estado, residentes em pelo menos 20 municípios. (LC)

# Deputados pedem esclarecimentos sobre RLD

Scheila Dziedzic

O relator da LDO, deputado Renato Caramori (PP), apontou preocupação quanto à previsão de contingenciamento para despesas de custeio e investimentos do Poder Executivo constante no anexo de metas fiscais. Segundo o relator, o anexo não reflete o quadro pessimista previsto pelo governador, através do Decreto nº 1.475, de 18 de fevereiro de 2004, que estabelece o contingenciamento de 21,71% das despesas para custeio e investimento. Em 31 de março, novo decreto aumentou o corte de gastos para 39,05%. Porém, no anexo de metas da LDO se mantém uma previsão de crescimento da receita total para 2004 de R\$ 1,8 bilhão, com relação a 2003, e para 2005 de R\$ 756,5 milhões, com relação à previsão para 2004, além de estimar um resultado primário de R\$ 330 milhões neste ano e de R\$ 677 milhões para 2005.

Também foi apontada a quantificação zero na meta de divulgação institucional do Legislativo e a ausência de quantificação nas metas do Tribunal de Justiça para 2005. Caramori aponta ainda em seu parecer que o Poder Executivo não guarda sintonia com a descentralização administrativa. "Ao omitir o número de ações que pretende priorizar, indicando-as como metas,

não dá transparência a essas metas, uma vez que não identifica quais e quantas são as ações que serão fixadas para cada uma das 29 regiões do Estado", argumenta.

**Conceito** - O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que votou favoravelmente, apresentou restrição, concordando com a retirada da CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) e da cota parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos da base de cálculo da RLD (Receita Líquida Disponível), já efetuada pelo Executivo. Vieirão explica que são recursos com destinação exclusiva e não podem ser considerados receitas para efeitos de cálculo dos repasses constitucionais. Sobre a RLD, em seu parecer Caramori sugere que sejam ouvidos representantes do Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Udesc e o presidente da Assembleia, em audiência pública, sobre os efeitos do novo conceito de Receita Líquida Disponível. Também os secretários do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, para falarem sobre a divergência de dados das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2003, do anexo de metas da LDO e do destino dado ao resultado primário de 2003. O prazo para emendas será de 24 de maio a 6 de junho. Após, o relator terá um período de 15 dias para apresentar o relatório final.

(foto Jonas Lemos Campos)



Comissão analisa e discute LDO

## Orçamento Regionalizado

Por sugestão do relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB), será realizada diligência junto à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão para que esta se pronuncie quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 11/04, de autoria do deputado Wilson Veira - Dentinho (PT), que regulamenta a realização de audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

A proposta prevê que as audiências serão viabilizadas pelo Poder Legislativo, facultada a participação de representantes do Executivo, Ministério Público, Judiciário e legislativos municipais formalmente convidados para o evento, sem-

pre que possível, em dias e horários não coincidentes com as sessões plenárias.

Pela proposta, as audiências terão ampla divulgação pelos meios de comunicação da Assembleia Legislativa e outros que a Mesa autorizar, com antecedência mínima de sete dias. Serão relacionadas oito propostas de investimentos prioritários nas áreas de saúde, educação, transporte, habitação e segurança pública, entre outras. As prioridades que não forem contempladas no Orçamento serão objeto de emendas junto à Comissão de Finanças e Tributação, cuja rejeição só se dará com destaque em Plenário por maioria absoluta. (SD)

## Emenda mantém duodécimos

Os deputados da bancada estadual do PFL encaminharam emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 165, de 2004, que trata das diretrizes orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2005, mantendo o aumento progressivo dos limites percentuais de despesa de custeio administrativo e operacional, de investimentos, de pessoal ativo e inativo e encargos sociais, do Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado, consignada no Artigo 23 da Lei 12.381, de julho de 2002.

Se for aprovada, ficarão mantidos os percentuais de 2,9% ao Ministério Público e 7% ao Tribunal de Justiça. Também especifica os percentuais para a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. Conforme o líder pefelista no Legislativo, deputado Antônio Ceron, a intenção é resgatar a proposta pactuada em 2002 e fazer cumprir o acordo, já que a proposta para a LDO do próximo ano "não estabelece o índice justo e necessário para o bom funcionamento do Ministério Público e Tribunal de Justiça". (CLR)

## Anderle presta esclarecimentos

(foto Alberto Neves)

O atraso no pagamento de professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) e alguns termos empregados em material de divulgação enviado pela Assessoria de Imprensa da Secretaria Estadual da Educação e Inovação aos deputados, com interpretações múltiplas, levou o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Paulo Eccel (PT), a convocar o secretário Jacó Anderle para prestar esclarecimentos na manhã de quarta-feira (19).

Na oportunidade, os membros da Comissão, além de representantes dos Cedups (Centros de Educação Profissionalizantes), da presidente do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação), Marta Vanelli, do representante da Secretaria Estadual da Administração, Luiz Antônio Dacol, aproveitaram para questionar sobre problemas diversos que afetam o setor educacional catarinense, a exemplo da aquisição de laboratórios didáticos, a questão das merendeiras, serventes e vigilantes, entre outros.

O secretário Jacó Anderle explicou que o atraso no pagamento de 3.732 professores ACTs, de um universo de 25.481, se deu, não pela falta de justificativa da presença desses professores em suas lotações, mas em sua especificidade, a de estar em sala de aula e não em trabalhos técnicos ou burocráticos. "Fizemos um levanta-



Jacó Anderle

tamento da situação deles desde 1994 e, pelo grande número de profissionais, decidimos verificar a situação mais de perto. Houve atraso na entrega dos documentos e com isso retardou o pagamento, que saiu em folha suplementar", justificou.

Diante da citação de que o governo objetiva moralizar e reduzir a contratação, Anderle disse que a intenção é fazer com que o ACT atue na substituição de professor em sala de aula e que não exerça outra função, a não ser o que determina a lei. "Constatamos muitos ACTs fazendo outro tipo de atividades e pretendemos coibir esses abusos. O ideal, nesses casos, seria de fazer projeto para concurso de cargo de administrador técnico", ressaltou. (CA)

## Comunicado

A TVAL ficará fora do ar nos dias 21, 22 e 23 (sexta - a partir das 14 horas, sábado e domingo) para mudanças no sistema de transmissão via satélite. Com as alterações, haverá melhor qualidade na imagem e no som da emissora.

# Retirada de propostas acirra debates

A atitude do governo estadual provocou intensos debates em plenário. A polêmica reside especialmente no desconto à previdência, que até este mês ficava entre 8% e 12%, dependendo do valor do salário. Durante a convocação extraordinária feita pelo Executivo em janeiro, foi instituída a alíquota única de 11%, independente do salário, atingindo em cheio os menores vencimentos e comprometendo o abono de R\$ 100 concedido junto com 1% de reajuste aos servidores estaduais no ano passado.

Desde sua entrada no Legislativo, há mais de um mês, as matérias provocaram muito confronto e discussões. Parlamentares da oposição (PP e PFL), e também das bancadas que apóiam a administração Luiz Henrique da Silveira, criticaram as propostas e vinham propondo mudanças.



Antônio Ceron



Herneus de Nadal

Em pronunciamento após a leitura das mensagens, o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, questionou o que vai ser feito com a folha do mês de maio devido ao desconto. O parlamentar citou ainda o Artigo 128, parágrafo 5, da Constituição Estadual, cujo texto diz que "os projetos de lei que instituem ou aumentem tributos só serão apreciados pela Assembléia no mesmo exercício financeiro se forem encaminhados até 90 dias antes de seu encer-

ramento". O prazo para a apresentação já venceu. "Agora resta ao governo rodar a folha de maio com os 11% de desconto. Ou não desconta nada. Mas, de acordo com o Artigo 23 da Constituição do Estado, os vencimentos e os salários dos servidores públicos são irreduzíveis", lembrou Ceron.

O Artigo 23 fala sobre a remuneração dos servidores da administração pública de qualquer dos Poderes e fixa o limite máximo e a relação de valores entre a

(fotos Solon Soares)

maior e menor remuneração. Conforme Ceron, não haverá redução no salário, mas sim aumento de desconto. Para o deputado Afrânio Boppré (PT), a retirada dos projetos resume-se em uma jogada política. "Este ziguezague é que não pode ocorrer em um governo. No final, quem saiu perdendo foram os servidores, que ficaram sem o abono salarial e sem nenhuma

perspectiva de melhora a curto prazo", afirmou. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal, explicou que os projetos foram retirados por sua inviabilidade política. Já o projetos de alíquotas similares foram julgados como inconstitucionais em outros estados brasileiros. "Como precisávamos do aumento das alíquotas para criar caixa e pagar o abono, um acabou sendo inviabilizado pelo outro. Mas o governo, através da Secretaria da Fazenda, já está estudando outras formas para compensar o servidor estadual", concluiu. (GMP/TK)

## Aprovados

### Parques florestais

Depende apenas de sanção governamental para virar lei o Projeto de Lei nº 167/03, da deputada Ana Paula Lima (PT), autorizando o Executivo a implantar parques florestais nas nascentes dos principais rios de Santa Catarina. São eles os rios Itapocu, Itajaí do Norte (ou Hercílio), Itajaí do Oeste, Itajaí-mirim, Tijucas, Biguaçu, do Peixe, Jacutinga, Chapecó, das Antas, Peperiguaçu, Canoinhas e Negro.

A localização e delimitação destes parques ficará ao encargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, sendo que a área mínima deverá compor uma região florestal capaz de abrigar as espécies da flora e fauna locais, permitindo-lhes a sobrevivência e preservação num dado ecossistema. (RV)

## Imprensa

A Rede Brasil Sul de Telecomunicações - RBS-TV receberá do Legislativo catarinense honraria de mérito alusiva aos 25 anos de serviços prestados ao Estado. A honraria será concedida em forma de placa personalizada, em sessão solene, em data e hora a serem marcadas. O Projeto de Resolução nº 7/04, que concede a honraria, foi apresentado pela bancada do PP, liderada pelo deputado Joares Ponticelli. (GMP)

## AL quer explicações

As providências para a questão e esclarecimentos mais detalhados sobre a falta de caixa. Isto é o que as bancadas do PP e PFL querem ouvir dos secretários da Administração, Marcos Vieira, e da Fazenda, Max Bornholdt, conforme requerimento aprovado. A audiência está marcada para o próximo dia 26, na reunião da Comissão de Finanças, a partir das 9 horas.

## Agenda

**Dia 24, 9h** - CPI da Dívida Pública do Estado  
**Local:** Sala das Comissões

**Dia 24, 14h** - CPI da Udesc - Depoimentos do ex-diretor da Esag, Osvaldo Momm, e do diretor executivo e professor da Esag, José Luiz Antonacce Carvalho

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 24, 15h** - CPI da Casan - Depoimentos do delegado regional do Trabalho, Odilon Silva, e os servidores da empresa Waldemar Antunes Ribeiro e Sebastião Rogério de Almeida (Lages), Maurício Aldo Sardá e João Tibúrcio de Aguiar (Florianópolis)

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 24, 18h** - Abertura da exposição Novembrada, promoção da Univali e da Assembléia Legislativa

**Local:** Espaço Artístico - Hall da Biblioteca Central Comunitária da Univali

**Dia 24, 19h** - Abertura da exposição da artista plástica Luciana de Alencastro Gaertner

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 25, 9h** - Audiência pública da Comissão de Justiça - Discussão do Projeto de Lei 304/03, que institui o Código de Conduta da Administração Estadual

**Local:** Plenário

**Dia 25, 11h** - Audiência pública da Comissão de Saúde - Gravidez precoce

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 25, 19h** - Sessão solene de outorga da Medalha Antonieta de Barros

**Local:** Plenário

**Dia 26, 19h** - Lançamento do livro "A Luta Antiimperialista x Hegemonia Americana, de José Reinaldo Carvalho e Lejeune Mato Grosso de Carvalho

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 27, 19h** - Sessão solene em homenagem aos 40 anos da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb)

**Local:** Plenário

## Abuso e exploração sexual

As deputadas Odete de Jesus (PL), Ana Paula Lima (PT) e Simone Schramm (PMDB) fizeram uso da tribuna na tarde de terça-feira (18) para lembrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. "Todos nós temos que ser vigilantes e denunciar toda e qualquer forma de violência contra a criança", salientou a deputada Odete.

Ana Paula ofereceu recentes estatísticas, entre elas o dado de que, anualmente, cem mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil. Em Santa Catarina, segundo dados oficiais dos conselhos tutelares,

75% dos casos atendidos no Estado referem-se ao abuso sexual de crianças e adolescentes. "Mais que reflexão, a data de hoje deve nos estimular a ações práticas", completou.

Autora de projeto de lei instituindo o Programa de Conscientização 18 de Maio, a deputada Simone Schramm lembrou que, segundo dados do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mais de um milhão de meninas a cada ano são introduzidas no mercado sexual. Sua proposta pretende ser mais um instrumento para prevenir, informar e combater a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. (TK)

# Sessão comemora os 20 anos da Ajorpeme

*O espírito empreendedor dos 34 fundadores é hoje compartilhado com 2.237 micros, pequenos e médios empresários de Joinville*

A maior entidade de defesa dos pequenos empreendedores da América Latina foi homenageada na noite de segunda-feira (17), em sessão solene requerida pelo deputado Francisco de Assis (PT). A cerimônia, que durou mais de duas horas e foi abrilhantada pelos corais da Casa e da Ajorpeme (Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa), contou com a presença de lideranças políticas, empresari-

ais e comunitárias daquela cidade, dos deputados Nilson Gonçalves (PSDB), Simone Schramm (PMDB), Reno Caramori (PP) e Pedro Baldissera (PT), além dos deputados federais Carlito Meres (PT), Adenor Vieira (PMDB) e Ivan Ranzolin (PP).

Na oportunidade, representantes de 30 estabelecimentos comerciais, fundadores da entidade, e o presidente, Raulino João Schmitz, receberam troféus pelos serviços prestados.

Assis destacou que o espírito empreendedor implantado por 34 cidadãos em 16 de maio de 1984 tornou a Ajorpeme uma referência nacional e internacional no ramo, contando atualmente com 2.237 associados.

Entre outras realizações da Associação, Schmitz citou a Universidade Corporativa Ajorpeme, que apresenta aos empresários com 2º grau completo uma grade curricular sobre o setor. Raulino falou ainda do Projeto Maternidade Empresarial, que dá suporte técnico aos novos empresários para que apliquem bem o seu dinheiro, desaconselhando-os caso não haja boas perspectivas ou acompanhando-os nos primeiros 18 meses, fruto de uma parceria com o Sebrae a ser iniciada no próximo mês. Para concluir, a nova medida visa a colocar universitários e seus professores dentro das empresas, fazendo com que os estudantes possam colaborar na implantação de novos empreendimentos. (RV)



Presidente da Ajorpeme recebe homenagem de Assis

## Aquífero Guarani tem novo presidente

(foto Solon Soares)



Deputado Pedro Baldissera (ao centro) vai comandar o Fórum

O deputado Pedro Baldissera (PT) foi empossado quarta-feira (19) presidente do Fórum Permanente para Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani. Ele ouviu de técnicos uma apresentação de relatório das atividades, demonstração da estrutura do Aquífero e planejamento dos futuros seminários. Além do novo presidente, participaram a representante da Secretaria da Educação, Neide Beschold, a representante da Secretaria do Meio Ambiente, Karla Scur; o geólogo da Secretaria da Infra-estrutura, Victor Hugo Froner Bicca, e os deputados Romildo Titon (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Dionei Walter da Silva (PT), Antônio Ceron (PFL) e Jorginho Mello (PSDB).

O objetivo principal do encontro foi a apresentação do que significa e qual a finalidade do Fórum. Baldissera iniciou os trabalhos agradecendo a confiança depositada em sua pessoa e passou a palavra para o coordenador do Fórum, Idelvino Furlanetto, para fazer o relatório de atividades.

Furlanetto falou sobre a criação do Fórum, realizado em dezembro de 2003, com a idéia de repassar a conscientização, preservação e conhecimentos sobre o Aquífero Guarani. "O Fórum se articula com todas as secretarias regionais e as mesmas tratam de repas-

sar as idéias para as prefeituras municipais", informou. O coordenador também anunciou as datas das novas reuniões que serão realizadas em Curitiba e São Joaquim, nos dias 17 de junho e 13 de agosto, respectivamente. Nesses encontros serão discutidas a poluição que prejudica o Aquífero, a Agenda 21, um programa de preservação, além de outras atividades.

O geólogo Victor Hugo falou para o novo presidente sobre o surgimento, a conscientização e a preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani. O Aquífero é um reservatório de água doce, proveniente do acúmulo da água das chuvas, que é filtrada pelas pedras arenitas, tornando-se, assim, água potável. Ele demonstrou também sua importância nas estagens que ocorreram há pouco meses no Estado: "Graças a esses poços, muitas famílias se salvaram". Saneamento básico, a construção de postos de gasolina e outros modos de poluição também foram lembrados. "É necessário uma política que direcione a ocupação nessas áreas. Uma ocupação desenfreada pode prejudicar e poluir grande parte dessa água", concluiu.

Na oportunidade foi entregue a todos os parlamentares presentes uma cartilha com as informações recolhidas sobre o assunto e o que já foi realizado até agora. (GMP)

## Pacto social e geração de empregos

(foto Carlos Killian)

Mãos à Obra Brasil - III Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal, promovido em parceria com o Fórum Nacional do Trabalho, Ministério do Trabalho, Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados e Fórum Parlamentar Catarinense, que teve sua abertura na noite de domingo (16), no Centrosul, na capital, contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT). O principal objetivo do evento foi debater o pacto social e a construção de



Presidente da Alesc coordena mesa de trabalhos

parcerias para a geração de empregos. Morastoni assinalou que o pacto social precisa de

mais possibilidades de articulações para promover outros projetos de emprego e renda. (DAB)